

HABEAS CORPUS Nº 548.585 - RS (2019/0356884-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : FABIO DA COSTA NERY - RS046013
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JULIANO COSTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de JULIANO COSTA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação n. 0171478-08.2019.8.21.7000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, c/c o §4º, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 4 anos e 7 meses de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 500 dias-multa (e-STJ fls. 93/102). Isso porque, segundo consta, o paciente foi apreendido na posse de 12 porções de maconha, com peso de 15,5g (quinze gramas e cinco decigramas), e 10 porções de cocaína, com peso de 7,5g (sete gramas e cinco decigramas) – e-STJ fl. 200.

Irresignada, a defesa apelou, tendo sido o recurso desprovido pelo Tribunal *a quo*, por maioria, em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 160):

TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CRIME E AUTORIA COMPROVADOS. PROVA. PALAVRA DO POLICIAL. VALOR. CONDENAÇÃO MANTIDA.

Os depoimentos dos policiais envolvidos nas diligências devem ser analisados como os de qualquer outra pessoa. Não se imagina que, sendo o policial uma pessoa idônea e sem qualquer animosidade específica contra o agente, vá a juízo mentir, acusando falsamente um inocente.

Aqui, em prova convincente, os policiais disseram que estavam patrulhando local conhecido pelo tráfico. Desconfiado do apelante, o detiveram. Ele tinha consigo cocaína e maconha e chegou a admitir para os policiais que estava traficando as drogas naquela ocasião.

Apelo defensivo desprovido, por maioria.

Foram interpostos embargos infringentes, os quais foram rejeitados, também por maioria, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 200):

EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS. REGIME INICIAL FECHADO. MANUTENÇÃO. DESACOLHIMENTO DOS EMBARGOS. CASO CONCRETO EM QUE A QUANTIDADE E A NATUREZA DA DROGA DETERMINAM A MANUTENÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO.

A Lei de Drogas prevê expressamente, no seu art. 42, que “O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente”. Assim, a natureza e a quantidade de drogas, considerado seu caráter preponderante sobre o art. 59 do CP, expressamente previsto, devem ser sopesadas na fixação do regime inicial de cumprimento da pena, ajustando-se, de tal maneira, à previsão contida no § 3º do art. 33 do CP. Caso dos autos em que foram apreendidos com o réu-embargante 12 porções de maconha, pesando 15,5 gramas, e 10 pinos de cocaína, pesando 7,5 gramas, sendo grave a natureza da cocaína e considerável a quantidade, impondo-se a manutenção do regime inicial fechado, como foi fixado na sentença e mantido, por maioria, no acórdão embargado. EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS. POR MAIORIA.

Neste *writ*, aduz a defesa, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão de ilegalidade na dosimetria da pena.

Afirma que o paciente possui todos os requisitos para a aplicação da minorante contida no §4º do art. 33 em seu grau máximo e que não houve fundamentação concreta para a aplicação do referido redutor na fração de 1/6.

Defende, ainda, que o paciente faz jus ao regime semiaberto.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja redimensionada a pena do paciente, bem como para que seja alterado o regime fixado.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar

Superior Tribunal de Justiça

os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Dispensando informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator